Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2023/SML/PVH

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 00600-00010423/2023-64-e

A empresa J M Sousa Engenharia LTDA, estabelecida na Rua Projetada, 09, Bairro Santa Marina em Bacabal MA, CEP 65.700-000, inscrita no CNPJ sob nº 37.888.405/0001-18, neste ato representada por José Rubem Santos de Sousa Júnior, Sócio administrador, Engenheiro civil, inscrito no RG 040240812010-4 e CPF 606.499.133-02, vem por meio desta, nos autos do Processo Administrativo retro citado, tempestivamente, em tempo hábil, respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO por HABILITAÇÃO DA EMPRESA N P KURODA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA, assim inconformada com a decisão da digna Comissão de Licitação em relação a análise de habilitação.

1.FATOS

De forma objetiva, trata-se de lide administrativa referente ao processo licitatório realizado pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO que tem como objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado do cemitério de santo Antônio, na qual foi efetuado na modalidade Pregão Eletrônico Nº 079/2023/SML/PVH.

No resultado, a empresa, ora recorrida, foi declarada VENCEDORA, no entanto, os preços ofertados pela mesma mostram-se inexequíveis e os documentos habilitatórios, conforme exigidos em edital não foram apresentados. Diante disto, a licitante, ora Recorrente, vem por meio deste, apresentar Recurso Administrativo requerendo seu recebimento e provimento total. A licitante Recorrida deve ser desclassificada, como será demonstrado a seguir, a partir de argumentos fáticos e jurídicos.

2.DIREITOS

DO PREÇO INEXEQUÍVEL:

A empresa Recorrida, foi classificada no certame em comento, apresentando um preço que é inexequível, pois está muito abaixo dos valores praticados no mercado, bastar olhar para o valor orçado pela administração que foi de R\$ 1,42/m², totalizando um valor de R\$ 284.000,00. O preço da empresa recorrida foi de R\$ 0,25/m², totalizando um valor de R\$ 50.000,00, o que representa apenas 17,6% do valor orçado ou pela administração ou um desconto de 82,4%.

Ora, é notório que a Recorrida está apresentando um preço muito abaixo do valor praticado no mercado, o que suscita uma dúvida quanto à sua capacidade de executar o serviço de forma satisfatória. A discrepância entre o preço da Recorrida e o valor orçado pela administração é alarmante, levantando questionamentos sobre a qualidade e viabilidade da proposta apresentada. Diante disto, o mínimo que se deve exigir é que esta administração determine à

Recorrida que comprove a exequibilidade de sua oferta, sob pena de desclassificação, conforme previsão do art. 48, da Lei 8.666/1993.

Art. 48. Serão desclassificadas:

(...) II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

Jair Eduardo Santana (Pregão presencial e eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed. rev. e atual., nos termos do Estatuto das Microempresas (Lei Complementar nº 123/06). Belo Horizonte : Fórum, 2008. p. 251) trata da responsabilidade do pregoeiro quanto à aferição da exequibilidade de preços: "[...] A AFERIÇÃO DA EXEQUIBILIDADE DE PREÇOS É TAREFA

MINUCIOSA, NA MEDIDA EM QUE EXIGE DO PREGOEIRO E EQUIPE ATENÇÃO QUANTO AOS PREÇOS E TAMBÉM QUANTO À FORMA COMO OS LANCES SÃO DADOS EM SESSÃO. Não são raras as vezes em que, logo após a assinatura do contrato, o licitante solicita reequilíbrio, sob argumento de alteração imprevisível nos insumos da produção, motivo este que fica desacreditado em tempos de estabilidade econômica. Da negativa por parte da Administração decorre uma relação contratual ruim, de discussões, de atrasos nas entregas e toda uma série de dissabores."(destacou-se)

Portanto, diante da acusação da inviabilidade do preço ofertado pela Recorrida é DEVER DESTA ADMINISTRAÇÃO EXIGIR QUE SE COMPROVE A EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA, caso contrário, restaria evidente a violação às exigências editalícias, dispondo o edital de meros requisitos ilustrativos, sem eficácia alguma, além do provável prejuízo a esta administração. Por certo que a noção de inexequibilidade do preço é de DIFÍCIL PERCEPÇÃO. Contudo, o mínimo que se deve exigir é que diante da denúncia de algum licitante, a Administração, então provocada, exija que o licitante questionado demonstre a exequibilidade de sua oferta, caso contrário, os dispositivos do ato convocatório em nada vinculariam ou obrigariam os participantes, podendo, inclusive, a atitude complacente do julgador incitar futuras condutas reprováveis. Ora, evidente que proposta com valores inexequíveis pressupõe a existência de interesses escusos, salvo motivação relevante do licitante. Ou ainda, a apresentação de preço inviável reflete o fato de a licitante não haver cotado o serviço nos conformes do edital. Conforme demonstrado, a Lei 8.666/93, em seu artigo 48, é clara ao definir propostas com preços manifestamente inexequíveis como aquelas que não demonstrem sua viabilidade através de documentação pertinente. Diante deste preceito, evidente a obrigação deste julgador a exigir a documentação que demonstre devidamente a viabilidade do preço ofertado pela licitante. Neste sendo Di Pietro (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 369) define: "(...) PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS, ASSIM CONSIDERADOS AQUELES QUE NÃO VENHAM A TER DEMONSTRADA A SUA VIABILIDADE através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato (...)."(Grifou-se) Marçal Justen Filho alerta

sobre os cuidados e possíveis implicações negativas da admissão de propostas com valores inviáveis (Justen Filho, 2010, p. 654): "ADMITIR GENERALIZADAMENTE A VALIDADE DE PROPOSTAS DE VALOR INSUFICIENTE PODE SIGNIFICAR UM INCENTIVO A PRÁTICAS REPROVÁVEIS. O licitante vendedor procurará alternativas para obter resultado econômico satisfatório. ISSO ENVOLVERÁ A REDUÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO, A AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DOS TRIBUTOS E ENCARGOS DEVIDOS, A FORMULAÇÃO DE PLEITOS PERANTE A ADMINISTRAÇÃO E ASSIM POR DIANTE." (Grifou-se)

Em concordância com tais entendimentos também se posiciona a jurisprudência majoritária: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. AGRAVO RETIDO. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. RECEBIMENTO PROVISÓRIO. SUBSTITUIÇÃO DAS AMOSTRAS. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA.

1. O agravo retido diz respeito a suspensão da tramitação do procedimento licitatório, de modo que a matéria será examinada junto com o mérito da apelação.

2. Tendo sido constatado que a proposta é inexequível é de ser confirmada a invalidação da homologação do pregão eletrônico com a consequente inabilitação das empresas vencedoras.

3. Agravo retido, apelações e remessa oficial improvidas. (TRF4, APELREEX 2008.70.00.018126- 3, Terceira Turma, Relator João Pedro Gebran Neto, D.E. 02/12/2009) (Grifou-se) A Súmula 262 do TCU trata da presunção relativa de inexecuibilidade de preços, portanto, é dever da administração, diante das razões deste recurso, conceder à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta. A partir da leitura da mencionada súmula, é preciso realizar uma interpretação oposta, no sentido de que, uma vez demonstrada a possível inexecuibilidade da oferta de licitante, esta deve, tanto como parte de sua defesa, como para fins de assegurar esta administração, demonstrar documentação acerca da exequibilidade de sua oferta. Portanto, em razão do exposto, sob pena de nulidade do ato de adjudicação, e em obediências às condições legais e preestabelecidas no ato convocatório, a Recorrida deve ser intimada a apresentar documentação que demonstre a exequibilidade de sua oferta, sob pena de desclassificação". (Grifou-se)

A discrepância entre o preço da Recorrida e o valor orçado pela administração é alarmante, levantando questionamentos sobre a qualidade e viabilidade da proposta apresentada. É importante ressaltar que os valores praticados no mercado são estabelecidos com base em diversos fatores, como custos operacionais, insumos, mão de obra qualificada e margem de lucro. Ao apresentar um preço significativamente inferior, a Recorrida levanta suspeitas quanto à sua capacidade de arcar com esses custos e entregar um serviço de qualidade dentro dos prazos estabelecidos. Além disso, é necessário considerar a possibilidade de a empresa recorrida estar buscando uma vantagem competitiva desleal, utilizando preços abaixo do mercado para garantir a vitória no certame. Essa prática pode prejudicar outras empresas concorrentes que seguem os padrões e valores estabelecidos, além de comprometer a qualidade e a segurança do serviço contratado. Diante dessa situação, é necessário que sejam realizadas análises mais aprofundadas sobre a proposta da Recorrida, incluindo uma avaliação criteriosa de sua capacidade técnica, financeira e operacional. A empresa deve fornecer explicações plausíveis e comprovar sua capacidade de entregar o serviço de acordo com os requisitos estabelecidos no edital.

Caso as dúvidas persistam e a Recorrida não consiga fornecer esclarecimentos satisfatórios, é fundamental que a administração tome medidas adequadas para proteger os interesses públicos e garantir a qualidade e eficiência na execução do contrato, como a desclassificação da empresa. A transparência e a lisura no processo são fundamentais para a escolha de um fornecedor competente e confiável.

DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

1- O Balanço patrimonial apresentado pela empresa recorrente não traz os cálculos de solvência e de liquidez, conforme determina o item 12.8.5 do edital, que traz a seguinte redação: "Somente serão habilitados os licitantes que extraírem e apresentarem o cálculo do índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com o resultado igual ou superior a ($=>1$), calculados de acordo com a aplicação das fórmulas."

O item 12.8.5 do edital estipula claramente que SOMENTE SERÃO HABILITADOS os licitantes que EXTRAÍREM E APRESENTAREM O CÁLCULO desses índices, com resultado igual ou superior a 1, de acordo com as fórmulas estabelecidas.

A exigência desses cálculos tem como objetivo avaliar a saúde financeira e a capacidade de pagamento da empresa participante, garantindo assim a sua viabilidade econômica e a segurança para a administração pública no caso de celebração de contratos.

A ausência do Balanço Patrimonial com os cálculos de solvência e liquidez por parte da empresa recorrida evidencia uma clara inobservância às regras estabelecidas no edital. Ao não apresentar as informações financeiras requeridas, a empresa não demonstrou sua capacidade de comprovar sua solvência e sua liquidez para cumprir com as obrigações contratuais em potencial. A exigência dos índices de solvência e liquidez é uma salvaguarda essencial para garantir a seleção de empresas que possuam uma estrutura financeira sólida, capaz de enfrentar situações adversas e cumprir suas obrigações com os fornecedores e demais partes envolvidas no contrato.

Portanto, considerando que a empresa N P KURODA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA não apresentou o Balanço Patrimonial com os cálculos de solvência e liquidez conforme determinado no edital, solicitamos a desclassificação da empresa neste processo licitatório, em conformidade com as regras estabelecidas e a fim de assegurar a transparência e a igualdade entre os concorrentes.

2- A empresa Recorrida não apresentou ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA – PROFISSIONAL, apenas atestado operacional. O item 12.9.9 do edital é claro ao exigir que os licitantes apresentem Atestados de Capacidade Técnica - Profissional, com o objetivo de comprovar sua experiência prévia e competência na execução de atividades relacionadas ao objeto da licitação.

A ausência dos referidos atestados profissionais por parte da empresa recorrida levanta questionamentos quanto à sua capacidade técnica profissional de desempenhar de forma eficiente as atividades relacionadas ao objeto da licitação, uma vez que não foram apresentadas evidências documentais de experiência bem-sucedida nessa área específica.

A exigência dos Atestados de Capacidade Técnica - Profissional tem o propósito de assegurar a seleção de empresas com histórico comprovado de desempenho satisfatório em projetos similares, garantindo a contratação de empresas tecnicamente qualificadas e aptas a cumprir as exigências contratuais.

Ademais a CAT apresentada pela empresa traz um o nível de atuação apenas como ELABORAÇÃO de levantamento topográfico, tratando-se provavelmente, apenas do manuseio em softwares dos dados levantados em campo e não da execução em si do levantamento. Deveria trazer o nível de Execução. O item 12.9.1. do edital é enfático AO EXIGIR: "Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a EXECUÇÃO dos serviços, pertinentes e compatíveis com o objeto a ser licitado.

3- DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se que Vossa Senhoria digne-se a:

-Receba o presente recurso com efeitos suspensivos.

-Solicitar a comprovação da exequibilidade da proposta apresentada;

-Dar provimento ao recurso para declarar desclassificada e inabilitada a empresa N P KURODA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA, pois não apresentou os cálculos de solvência e de liquidez, conforme determina o item 12.8.5 do edital. Em seu art. 43, §3º, dispõe a Lei nº 8.666/1993 ser "facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, VEDADA A INCLUSÃO POSTERIOR DE DOCUMENTO OU INFORMAÇÃO QUE DEVERIA CONSTAR ORIGINARIAMENTE DA PROPOSTA".

-Dar provimento ao recurso para declarar desclassificada e inabilitada a empresa N P KURODA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA, pois não logrou comprovar a qualificação técnica Profissional;

-Outrossim, amparada nas razões recursais, requer que esse Pregoeiro reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior em consonância com o previsto no artigo 109, § 4º da Lei n. 8.666/93 de aplicação subsidiária ao pregão, comunicando aos licitantes para as devidas contrarrazões, se assim o desejarem, conforme previsto no art. 26 do Decreto n. 5.450/2005.

Bacabal (MA), 16 de junho de 2023.

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

J M SOUSA ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 37.888.405/0001-18

Fechar